

A GLOBALIZAÇÃO E O PROBLEMA DA POBREZA A NÍVEL MUNDIAL

Inês Valério¹

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa

inesrebochovalerio@gmail.com

Resumo

Apesar de uma comunidade internacional comprometida em redobrar esforços na luta contra a pobreza, este fenómeno, embora alguns progressos, continua a afectar uma população mundial que supera um bilião de pessoas. E esta é uma das perguntas que muito se coloca: terá a Globalização agravado a situação de pobreza? O artigo debruça-se sobre o possível efeito negativo da Globalização na situação de pobreza das populações. Como metodologia, recorreu-se a uma revisão da literatura sistemática e à análise qualitativa e quantitativa de dados mundiais mais recentes (Banco Mundial). O artigo explora as diferentes vertentes e teorias formuladas sobre a Globalização, assim como o conceito de pobreza, estatísticas e o contexto actual do problema, com destaque para a África Subsaariana. Da análise, conclui-se que a pobreza a nível mundial tem vindo a diminuir. Contudo, África continua a ser o continente mais afectado pela pobreza, verificando-se ainda a nível global uma desigualdade económica abismal, com um aumento da pobreza mundial verificado em termos relativos, não absolutos. Um fosso cada vez maior entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, ricos e pobres, que apesar de não estar totalmente associado à Globalização (como única causa), pode ter sido intensificado por algumas das suas vertentes, como a integração económica mundial.

Palavras-chave: globalização, pobreza, África, Banco Mundial

Abstract

Despite an international community committed to redouble efforts in the fight against poverty, and although some progress, this phenomenon continues to affect a world population that exceeds one billion people. And this is one of the most frequently asked questions: has Globalization exacerbated poverty? This article focuses on a possible negative effect of Globalization on poverty. As for methodology, the study was based on a systematic literature review and also a qualitative and quantitative analysis of the most recent world data (World Bank). The article explores the different strands and theories created about Globalization, as well as the concept of poverty, data and current context of the problem, highlighting Sub-Saharan Africa. The analysis concludes that global poverty has been declining. However, Africa remains the most affected continent by extreme poverty, and it is also considered worldwide an abysmal economic inequality, with a relative increase of poverty, not absolute. A widening gap between developed and developing countries, rich and poor, that despite not being fully associated with Globalization (as the sole cause), it may have been intensified by some of its aspects, such as the global economic integration.

Keywords: globalization, poverty, Africa, World Bank

¹ Mestre em Relações Internacionais (Especialização em Relações Diplomáticas e Cooperação) pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, e Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Introdução

A pobreza continua a ser um dos fenómenos estruturais mais frequentes nas sociedades. Nas últimas décadas, tornou-se um dos termos de discussão que mais tem vindo a preocupar governantes, académicos, organismos internacionais e técnicos de desenvolvimento, uma vez considerada factor de instabilidade social.

O economista Jeffrey Sachs relembra, no entanto, que:

“Os Estados Unidos lançaram uma guerra ao terrorismo, mas negligenciaram as causas mais profundas da instabilidade global. Os 450 000 milhões de dólares que o país irá gastar este ano em despesas militares nunca comprarão a paz se se continuar a gastar [...] apenas 15 000 milhões [...] para tratar da situação dos pobres entre os pobres do mundo, aqueles cujas sociedades estão desestabilizadas pela pobreza extrema e assim se tornam santuários de agitação, violência e mesmo terrorismo global” (Sachs 2006: 29-30).

Pobreza: factor de instabilidade e obstáculo ao desenvolvimento, que impede o exercício dos direitos humanos e, provavelmente, a mais séria ameaça à paz e segurança mundiais: “Even more dangerous than terrorism, religious fundamentalism, ethnic hatred, political rivalries, or any of the other forces that are often cited as promoting violence and war” (Yunus, 2007: 105).

A pobreza extrema e a fome crónica (normalmente associada à primeira) são frequentemente a causa de distúrbios sociais - “racial or religious disgruntlement only lights the fuse” (Malik, 2008: 559) - tornando o desenvolvimento ainda mais difícil de alcançar: a primeira conduz à subnutrição e à doença, o que reduz o rendimento e a produtividade económica; estes, uma vez reduzidos, exacerbam a pobreza e a fome.

Esta “armadilha” da pobreza acaba por causar impacto a nível macroeconómico. Sem actividade económica e uma base tributária, os governos não conseguem investir na sua população, nem estabelecer relações internacionais económicas e de cooperação com outros países, além dos investidores estrangeiros recearem quaisquer compromissos financeiros. Nas palavras de Muhammad Yunus, fundador do conceito contemporâneo de microcrédito:

“Poverty doesn’t only condemn humans to lives of difficulty and unhappiness; it can expose them to life-threatening dangers. [...] Leads to hopelessness, which provokes people to desperate acts. [...] Also creates economic refugees, leading to clashes between populations. [...] Nations whose people are brutalized by poverty find it easy to resort to war” (Yunus, 2007: 104-105).

O presente artigo procura saber de que forma a pobreza a nível mundial tem vindo a aumentar, e se a Globalização poderá ter tido alguma influência na desigualdade económica das populações. A pesquisa torna-se relevante a nível social, económico e global, na medida em que os resultados podem contribuir para a aquisição geral de uma percepção exacta dos efeitos da Globalização no desenvolvimento dos países e universalização dos direitos socioeconómicos das populações.

Para o desenvolvimento deste tópico recorreu-se à pesquisa/revisão sistemática e análise quantitativa e qualitativa, de base documental. Foi realizada uma revisão da literatura para enquadramento, formulação de conceitos e análise crítica de argumentos, partindo de um levantamento bibliográfico, pesquisa de artigos de imprensa escrita e digital, e dados mais recentes sobre os níveis de pobreza mundial, disponibilizados (via Internet) por organismos internacionais e governamentais (*e.g.* Banco Mundial, ONU). A revisão da literatura foi, entretanto, efectuada de modo progressivo ao longo do artigo, conforme a necessidade de evolução da investigação.

Para compreender a ligação entre Globalização e Pobreza, o trabalho encontra-se organizado da seguinte forma: após introdução, uma contextualização do objecto estudado. Caracteriza-se o fenómeno da Globalização, que inclui três vertentes (económica, política e sociocultural), fazendo-se ainda referência a uma provável “face oculta”, ou alguns dos seus efeitos negativos mais apontados.

Em seguida, destaque para a pobreza, como problema social a nível global. Além da análise de estatísticas mundiais, recorda-se o conceito, de natureza multidimensional. Segue-se uma breve apresentação da situação de pobreza em África, a região mais afectada do mundo, sendo ainda identificadas as suas causas mais comuns. Por último, são apresentadas as conclusões tiradas do estudo.

1. Uma Globalização com três vertentes

O fenómeno da Globalização tem vindo a influenciar o mundo profundamente. De carácter pluridimensional, introduziu mudanças na vertente económica, política e sociocultural, desafiando, indubitavelmente, os modos existentes de vida humana.

O processo não é novo, antes uma tendência do próprio sistema capitalista (Jacinto, 2002). Vários autores consideram que as raízes do processo terão sido lançadas, no mínimo, cinco séculos atrás, e que a Globalização pode ter ocorrido em três etapas: a primeira designada pela expansão mercantilista, entre 1450 e 1850; a segunda caracterizada pelo expansionismo industrial-imperialista e colonialista, entre 1850 e 1950; tendo início a última etapa em 1960, acelerada a partir da queda do Muro de Berlim e o colapso da União Soviética, de 1989 até ao presente (Dan, 2006). Existe, porém, como em quase tudo o que diz respeito à História, uma controvérsia em estabelecer uma periodicidade exacta.

O fim da Guerra Fria abriu, de facto, novas oportunidades e a década de Noventa trouxe uma nova Era, caracterizada por uma crescente interligação entre as sociedades, possibilitada pela evolução científico-tecnológica, a existência de meios de comunicação em tempo real e transportes mais baratos e rápidos que nunca.

Na vertente económica, *Globalização* significa a integração da economia mundial (Gilpin; Gilpin, 2001, *apud* Costa, 2010), ou a (crescente) interdependência entre os espaços económicos ao nível da produção (Jacinto, 2002); maior circulação de bens, serviços, capital e mão-de-obra, numa lógica transfronteiriça, graças à desregulamentação e às novas tecnologias de informação.

Assiste-se ainda à emergência de novas economias industrializadas, como a China e a Índia, espaços económicos (*e.g.* MERCOSUL e NAFTA), e empresas transnacionais, cujo papel e imponentia tendem a ser reforçados²:

“These corporations are important decision making institutions and their activities and interests may form an important element of the global game. Such non state actors can counteract the plans of national governments” (Van Bergeijk; Moons, 2009: 47).

² As empresas transnacionais representavam, no início do novo milénio, cerca de 30% do PIB mundial, 70% do comércio e 80% dos investimentos internacionais (Costa, 2010).

Uma economia mundial também baseada em sociedades privadas e transnacionais, de acordo com Hobsbawm (2008). Harold James refere, no entanto, um certo “obituário” da globalização financeira, uma vez que, historicamente, este é um fenómeno cíclico e “vulnerável a terríveis e penosas repercussões” (James, 2009: 6). Como grande parte da recente globalização foi motivada por fluxos financeiros, a derrocada financeira em si é um sério revés.

No âmbito político, verificam-se desafios à soberania do Estado (centro do poder político e económico) e uma interdependência estrutural das Relações Internacionais.

Na entrada do novo milénio, deparamo-nos com o Estado Soberano em crise, por contrapartida à criação de uma “sociedade civil global”. Despede-se, de acordo com Adriano Moreira (1999a: 19-20), “de competências pelas cúpulas a favor de órgãos responsáveis de diálogo, de cooperação e de decisão, integrando-se em grandes espaços como a União Europeia [...], substituindo os actos de autoridade pelo diálogo”. Além do enfraquecimento da legitimidade do Estado (soberano, não o nacional), *Globalização* é sinónimo de maior interdependência entre Estados. Trata-se da emergência do mundo como espaço social partilhado e a *desterritorialização* da actividade política, económica e social (Baylis *et al*, 2008).

À medida que a Globalização acontece, também o reconhecimento de problemas transnacionais requer uma regulamentação global. O âmbito de cooperação é cada vez mais alargado, o que se reflecte no aumento de *regimes internacionais*³ – porque novas formas de cooperação levam à criação de novos tratados e costumes internacionais.

O fim da Guerra Fria lançou ainda as organizações internacionais para o centro das atenções. Instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) tornaram-se importantes actores das Relações Internacionais, intervindo e reavivando o debate sobre a necessidade da cooperação entre os Estados, no que diz respeito a assuntos políticos, económicos e sociais, dado o aumento da preocupação com a segurança e a prosperidade mundiais. Para Adriano Moreira, devemos serviços inestimáveis às agências especializadas e “o

³ De acordo com Stephen Krasner, um conjunto de “princípios, normas, regras e procedimentos decisórios, implícitos ou explícitos, em torno dos quais convergem as expectativas dos actores sobre uma determinada área das relações internacionais” (*apud* Santos, 2009: 95).

mundo teria um passivo⁴ mais severo se não tivessem existido e agido” (Moreira, 1999a: 18).

Também as Organizações Não Governamentais (ONGs) assumem um papel na construção de uma cidadania transnacional. Estas entidades sem fins lucrativos, mas de estatuto próprio, defendem e promovem valores de diversa índole, e acusam a falta de meios ou métodos para reforçar a efectiva vigência dos direitos humanos juridicamente reconhecidos (Moreira, 1999a). Crescem em número e importância, e são hoje omnipresentes, com capacidade de mobilização e poder de influência sobre a opinião pública internacional.

Outros actores não-estatais desempenham papéis centrais no desenrolar dos acontecimentos, caso evidente dos grupos terroristas que ocupam cada vez mais a agenda mediática, obrigando, por vezes, a reequacionar princípios e estratégias.

De acordo com Adriano Moreira (1999b), estamos perante o fenómeno da complexidade crescente das Relações Internacionais⁵, caracterizada, por um lado, pelo aumento e multiplicidade dos intervenientes (actores internacionais, estatais e não-estatais), centros de decisão, relações plurais e das identidades emergentes; por outro lado, pela intensificação nas suas relações e um sentido de interdependência. “O século XXI tem de lidar com essa complexidade crescente que é da natureza das globalizações” (Moreira, 1999a: 20).

No âmbito sociocultural, as influências mútuas de diferentes culturas são mais evidentes, existindo a possibilidade de “se formar uma cultura globalizada que ultrapassa nações” (Dan, 2006: 102). A mesma convergência de culturas, aliada às carências e necessidade de mudança sentidas por algumas populações, poderá, no entanto, traduzir-se em movimentos de migrações, orientados “pela regra simples de que os homens com fome se dirigem para onde existe alimentação” (Moreira, 1999a: 14), o que pode gerar tensões sociais e políticas nos países destinatários⁶.

⁴ Refere-se à *soma dos efeitos dos nossos erros*, ou as deficiências globais do desenvolvimento humano e da segurança (Moreira, 1999a).

⁵ A disciplina de Relações Internacionais é entendida como sendo a que se ocupa das relações entre unidades coerentes designadas de Estados.

⁶ O fenómeno das migrações destina-se, na sua maioria, não a espaços despovoados, mas a grandes sociedades industrializadas e sedimentadas, cuja população, mais envelhecida, encara por vezes o aumento do número de imigrantes como uma ameaça aos seus valores culturais e à sua própria estabilidade social. Na maioria dos casos, os imigrantes integram-se nas sociedades com dificuldade, criando comunidades fechadas/isoladas.

Um mundo cada vez mais homogéneo e interligado, onde tempo e espaço parecem fundir-se (Baylis *et al*, 2008), mas também ele caracterizado por um elevado grau de incerteza e/ou precariedade. James Rosenau (*apud* Jacinto, 2002) referiu neste processo de mudança o termo "turbulência", cujas dinâmicas desafiam as concepções convencionais de território, comunidade, produtividade, compromisso, trabalho, ou religião⁷.

Nas palavras de António Rebelo de Sousa (2008: 117), o processo de globalização “nem sempre contribuiu para um aumento da segurança colectiva e da justiça social, bem como para o aprofundamento da democracia”.

A outra face da Globalização

Acreditava-se que a Globalização iria trazer uma prosperidade, sem precedentes, para todos. No entanto, também tornou-se sinónimo de novos desafios, de agravamento das desigualdades em termos sociais, regionais e sectoriais (Sousa, 2008). Este mundo, “nas melhores das circunstâncias, marcado pela competitividade, incerteza e instabilidade intensas, não é um lugar fácil” (Stiglitz, 2007: 7).

Pobreza, aquecimento global e os denominados males públicos globais como o terrorismo, crime organizado, ou tráfico de armas, narcóticos e de seres humanos, são alguns dos desafios que enquadram todo este processo e que constituem a agenda actual das Relações Internacionais.

“A globalização significa estar exposto a forças desconhecidas e imprevisíveis que, da noite para o dia, podem conduzir à instabilidade económica e à ruína social” (Annan, 2000: 10). Além de pluridimensional, o fenómeno é entendido como assimétrico, na medida em que diferentes regiões apresentam níveis diversos de integração na *economia-mundo*. Uma teoria que acaba por ir contra o argumento neoliberal, que defende uma distribuição de rendimentos mais igualitária e diminuição das desigualdades nas últimas décadas (Wade, 2004).

Tanto a riqueza como as oportunidades trazidas pelo fenómeno não foram distribuídas de igual forma, com os benefícios a serem concentrados num pequeno

⁷ A “erosão” do Estado pode ainda levar à fragmentação, ou criação de particularismos étnicos, culturais ou regionais - sobretudo nas ex-colónias (Jacinto, 2002).

número de Estados. Estas desigualdades de crescimento criadas pela *globalização descontrolada* do mercado livre são, por sua vez, “incubadoras naturais de instabilidade e de ressentimentos” (Hobsbawm, 2008: 45), sugerindo medo e insegurança (ao contrário de oportunidades e inclusão), raiz das principais tensões sociais e políticas. Na verdade, o fenómeno não prefigura a emergência de uma comunidade ou ética de cooperação global: “as 9/11 tragically demonstrated, the more the world becomes a shared social space the greater the sense of division, difference, and conflict it creates” (Baylis *et al*, 2008: 22).

Hobsbawm (2008) considera que o impacto da Globalização é mais sentido por aqueles que menos beneficiam dela, isto é, os *povos mudos* ou *destinados a ser tratados como dispensáveis*, e o *passivo* que atinge sobretudo o Hemisfério Sul, nas palavras de Adriano Moreira (1999a). Neste sentido, José de Moura Jacinto questiona se o termo ‘*globalização*’ é adequado para descrever o fenómeno, uma vez que falar-se do mesmo “parece implicar um desenvolvimento semelhante de todas as regiões, de todos os países, de todas as pessoas” (Jacinto, 2002: 462).

Os críticos da Globalização apontam sobretudo para os números ainda alarmantes da pobreza. Para Yunus (2007) a razão é simples: os mercados liberais, na sua fórmula actual, não foram feitos para resolver problemas sociais; pelo contrário, poderão vir a agravar ainda mais as situações de pobreza, doença, poluição, corrupção, crime e desigualdade.

Ainda assim, Muhammad Yunus acredita numa Globalização positiva: “The free market – powerful and useful as it is - could address problems like global poverty and environmental degradation, but not if it must cater solely and relentlessly to the financial goals of its richest shareholders” (Yunus, 2007: 5-6).

Também de acordo com a Comissão para a Segurança Humana das Nações Unidas⁸, a Globalização, enquanto princípio geral de negócio, pode criar novas oportunidades para a expansão económica e, caso esteja devidamente alinhada, poderá alcançar países e populações anteriormente excluídos.

A verdade é que os problemas globais não deixaram de ser noticiados. Em Setembro de 2000, 189 líderes mundiais reunidos nas Nações Unidas apresentaram um dos mais ambiciosos documentos da história da organização: os *Objectivos de*

⁸ Cf. *Human Security Now* (2003).

Desenvolvimento do Milénio (ODMs)⁹, no qual reconheciam a maioria dos desafios da humanidade. O mundo comprometia-se a atingir um conjunto de objectivos específicos até 2015, procurando combater a pobreza e alcançar um desenvolvimento sustentável¹⁰.

Embora tenha havido progressos, os resultados não são suficientes e em Setembro de 2012 as Nações Unidas deram início a conversações sobre a necessidade de uma nova Agenda para o Desenvolvimento pós-2015¹¹.

Para muitos, o problema está na forma como a Globalização tem vindo a ser gerida. As regras do jogo são consideradas injustas, especificamente concebidas para beneficiar países industrialmente avançados, promovendo os seus interesses e valores materiais. Os países em desenvolvimento vêem a sua soberania atingida, bem como a sua capacidade de acção desgastada na tomada de decisões em áreas fundamentais que afectam o bem-estar dos seus cidadãos, sobretudo pelas limitações político-económicas impostas pelo exterior. Na opinião de Stiglitz (2007: 37) “a condicionalidade mina as instituições políticas domésticas”.

2. O conceito de Pobreza

Desde a segunda metade do século XX, a pobreza foi definida segundo indicadores materiais, como a falta de rendimento, bens e património (em dinheiro ou espécie), fundamental para garantir padrões mínimos dignos de vida humana. O conceito foi entretanto alargado, tendo em conta que a pobreza não pode ser entendida apenas como fenómeno económico e *quantitativo*.

Amartya Sen (2003) defende uma abordagem *qualitativa*: além de indicadores económicos, a pobreza consiste na privação de um leque mais amplo de potencialidades ou capacidades básicas de um indivíduo, isto é, uma insuficiência não-material.

⁹ Baseado em *Nós, os Povos: o Papel das Nações Unidas no Século XXI* (2000) e resultado da Declaração do Milénio de 2000.

¹⁰ (i) Erradicar a Pobreza Extrema e a Fome; (ii) Alcançar o Ensino Primário Universal; (iii) Promover a Igualdade de Género e a Capacitação das Mulheres; (iv) Reduzir a Mortalidade Infantil; (v) Melhorar a Saúde Materna; (vi) Combater o VIH/SIDA, a Malária e outras doenças; (vii) Garantir a Sustentabilidade Ambiental; (viii) Criar uma Parceria Global para o Desenvolvimento.

¹¹ Cf. notícia “Nações Unidas preparam Agenda de Desenvolvimento pós-2015”, *Oikos – Cooperação e Desenvolvimento*, 6 de Setembro de 2012.

Analfabetismo, incidência de doenças graves, isolamento físico, subnutrição e falta de acesso a cuidados de saúde, água potável, crédito ou oportunidades económicas, são algumas dessas privações/carências. A incidência destes indicadores de bem-estar, não baseados em consumo, contribui para diminuir a capacidade dos indivíduos mais pobres de gerarem rendimentos suficientes para vencerem o ciclo de pobreza e alcançarem o progresso.

Deste modo, o seu combate à pobreza passa necessariamente pela dotação do indivíduo dessas capacidades. Uma ideia que, aliás, vai ao encontro da teoria de Muhammad Yunus, que defende o microcrédito como programa de mudança social: pequenos empréstimos que possibilitem aos mais pobres combaterem as suas privações, exercendo as suas habilidades e capacidades de produção.

Organismos como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) também promovem um conceito de pobreza que se estende para além de indicadores materiais. O Programa distingue pobreza de rendimentos (*income poverty*), uma condição material, de pobreza humana (*human poverty*), que abrange a dignidade do indivíduo, a oportunidade de participar na sociedade e o poder de escolha (Baylis *et al*, 2008).

Já o Banco Mundial define pobreza moderada como viver com (ou menos de) 2,00 dólares por dia, e pobreza extrema (ou absoluta) como viver com (ou menos de) 1,25 dólares por dia, medidos em termos de paridade de poder de compra¹². Nestas circunstâncias, a subnutrição é endémica, a esperança média de vida é, muitas vezes, inferior a cinquenta anos de idade, e o acesso a cuidados médicos é verdadeiramente escasso.

“As horas são passadas diariamente à procura de combustível ou de água potável e de uma maneira de ganhar miseravelmente a vida, a plantar algodão num bocado de terra meio árida, e à espera de que este ano a chuva não falte [...], sabendo que, independentemente do que trabalhemos, nunca vamos conseguir o suficiente para matar a fome à família” (Stiglitz, 2007: 35).

A pobreza é um conceito complexo, que inclui várias dimensões, também reconhecidas pelos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, ao serem mencionados outros tipos de causa e/ou efeitos - *e.g.* fome crónica, mortalidade infantil e degradação

¹² “O conceito de paridade de poder de compra permite avaliar os bens e serviços que o habitante de um país consegue adquirir com o seu rendimento no seu próprio país (N. do T.)” (Sachs, 2006: 56).

ambiental¹³. Para Sachs (2006), é ainda necessário definir três graus distintos: *pobreza extrema* (ou *absoluta*), *pobreza moderada* e *pobreza relativa* (ver Tabela 1).

O autor sublinha ainda a questão da “armadilha da pobreza”, ou o próprio problema como causa da estagnação econômica e social:

“São demasiado pobres para pouparem para o futuro e assim acumularem o capital *per capita* que poderia puxá-los para fora da miséria. [...] Têm as mais baixas taxas de poupança porque utilizam o seu rendimento apenas para permanecerem vivos” (Sachs, 2006: 105).

Tabela 1 – Os três graus de pobreza, segundo Jeffrey Sachs (2006)

<p style="text-align: center;"><u>Pobreza extrema (ou absoluta)</u></p> <p>Diz respeito a indivíduos, normalmente desempregados, que (pela falta de rendimento suficiente) não conseguem satisfazer as suas necessidades básicas de sobrevivência (sobretudo alimentares), conhecendo algumas formas de privação (acesso limitado ou inexistente a serviços de saúde e educação, água potável, saneamento e uma habitação apropriada). Estão também incluídos aqueles que vivem em regiões carentes de recursos, bem como os que são demasiados jovens, idosos ou incapacitados para poder trabalhar (Psico, 2010).</p>
<p style="text-align: center;"><u>Pobreza moderada</u></p> <p>Refere-se normalmente a condições de vida em que as necessidades básicas são satisfeitas, embora por pequena margem.</p>
<p style="text-align: center;"><u>Pobreza relativa</u></p> <p>Nível de rendimento familiar abaixo de uma determinada proporção do rendimento nacional médio. No contexto social, os relativamente pobres, em países de elevado rendimento, não têm, por exemplo, acesso a bens culturais, educação e cuidados de saúde privados, entre outros pré-requisitos à mobilidade social ascendente.</p>

Fonte: Elaborado pela autora com base em Sachs (2006)

¹³ Exemplo da desflorestação e erosão das terras, que ameaçam vidas humanas e os seus meios de subsistência.

Conclui-se que tanto a situação de pobreza, como as medidas a aplicar para o seu combate, não podem ser generalizadas, uma vez que cada região/país apresenta diferentes graus e dimensões do problema (White *et al*, 2001).

Associada ao conceito de pobreza está também a definição de *exclusão*, isto é, a separação de um indivíduo em relação a um determinado serviço ou grupo (Psico, 2010). No âmbito social, pode figurar na ruptura de laços sociais ou relações de género e, em termos políticos, na ausência de poder e não participação na tomada de decisões. Em termos financeiros, significa a falta de acesso aos serviços bancários, por quem não apresenta garantias ao sector.

3. A globalização da Pobreza

Apesar do progresso económico e tecnológico, continua a existir uma profunda desigualdade na distribuição da riqueza entre as populações.

Há muito que a história do progresso económico da humanidade consiste numa sucessão de altos e baixos. Num ensaio elaborado em 1931, John Maynard Keynes concluiu:

“Desde os primeiros tempos dos quais temos registos [...], até ao início do século XVIII, não houve grande alteração nos padrões de vida do homem médio que vivia nos centros civilizados da Terra. Altos e baixos, certamente visitas da peste, fome e guerra, períodos dourados, mas não uma mudança violenta em direcção ao progresso”¹⁴.

A grande mudança terá vindo com o advento da Revolução Industrial no século XIX, suportada por um aumento na produtividade agrícola no Noroeste da Europa (Sachs, 2006). Os países mais pobres, isolados de todo o progresso económico global e dos avanços tecnológicos, dariam início ao crescimento económico décadas mais tarde, debatendo-se frequentemente com vários obstáculos.

Em alguns casos, enfrentaram a exploração dos poderes coloniais dominantes, bem como as barreiras geográficas (*e.g.* clima, topografia e recursos energéticos), fazendo “escolhas desastrosas nas suas próprias políticas nacionais, que em muitos

¹⁴ Cf. «The Economic Possibilities of Our Grandchildren», in *Essays in Persuasion* (apud Sachs, 2006: 70-71).

casos se mantiveram até à década passada” (Sachs, 2006: 95). Acabariam também por criar indústrias locais com custos de produção elevados, não conseguindo competir internacionalmente com países do Primeiro Mundo e grandes multinacionais. Além disso, a natureza (fechada) destas sociedades acabaria por estimular a corrupção, afundando-se “numa espiral de caos económico” (Sachs, 2006: 93).

A verdade é que a pobreza continua a ser um dos problemas sociais mais graves a nível mundial. Estudos demonstraram ainda que o género feminino constitui o grupo mais vulnerável à pobreza (Baylis *et al*, 2008). Um tema com o qual a disciplina de Relações Internacionais esteve pouco comprometida, até ao início do Século XXI. Académicos sublinham uma maior atenção para o conflito inter-estados, propondo as questões de segurança e desenvolvimento como áreas distintas, e marginalizando temas prioritários para o Terceiro Mundo até 2000, ano do estabelecimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (Baylis *et al*, 2008).

A situação de pobreza não está, porém, apenas confinada ao que tradicionalmente muitos designam de *Terceiro Mundo*. Sobretudo desde a década de Oitenta, a promoção de políticas económicas neoliberais (Consenso de Washington) por instituições de *global governance*¹⁵ têm sido acompanhadas por desigualdades crescentes dentro e entre Estados.

Também os países do Segundo Mundo, que anteriormente formavam o bloco soviético, acabariam por ser incorporados na mesma lógica terceiro-mundista. Com a transição para a economia de mercado, milhares de pessoas, anteriormente protegidas pelo Estado, foram arrastadas para a pobreza (Baylis *et al*, 2008).

Ainda durante o período Reagan-Thatcher, as duras medidas de austeridade implementadas contribuíram para a queda de vencimento dos trabalhadores (além do enfraquecimento do papel do Estado) e criação do «Terceiro-mundismo» de muitas cidades ocidentais. A pobreza verificada nos bairros degradados, guetos, bairros de lata ou favelas é, a vários títulos, comparável com aquela verificada no Terceiro Mundo (Chossudovsky, 2003).

A actual crise económico-financeira está também a conduzir ao rápido empobrecimento de vastos sectores da população mundial, ao colapso de economias, ao

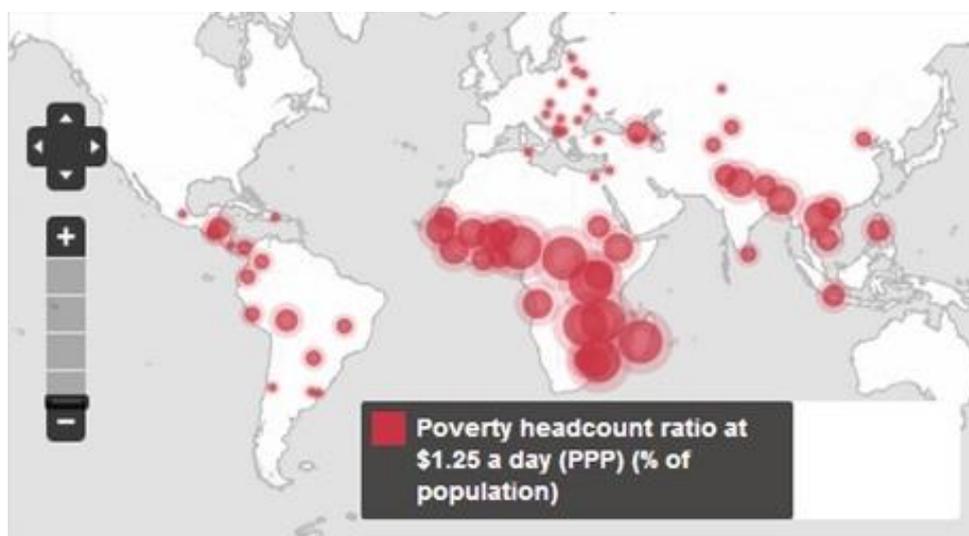
¹⁵ Ou o efeito de regulação global conjugado da articulação entre regimes internacionais, transnacionais e mistos (Young, *apud* Santos, 2009), transcendendo o âmbito do *governo*, na medida em que inclui mecanismos e actores diversificados.

aumento alarmante do desemprego e redução dos custos salariais. A título de exemplo, em 2012, a Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN) concluiu que 120 milhões de cidadãos europeus estariam em risco de pobreza, com a população idosa entre os grupos mais vulneráveis¹⁶.

É, no entanto, nos países em desenvolvimento que a pobreza tem vindo a ser sentida de forma acentuada. Embora organismos como o Banco Mundial e o PNUD tenham vindo a anunciar, desde os anos Noventa, uma redução da pobreza extrema a nível global, de 47% em 1990 para 24% em 2008 (2 biliões de pessoas para menos de 1,4 biliões), os números actuais são ainda preocupantes (ver Figura 1 e Tabela 2).

Dados recentes do Banco Mundial¹⁷ apontam para cerca de 1,3 biliões de pessoas a viverem no limiar da pobreza, com apenas 1,25 dólares por dia, além dos 2,6 biliões a viverem com menos de 2 dólares por dia (pobreza moderada)¹⁸.

Figura 1 - Incidência da pobreza extrema a nível mundial (população que vive com 1,25 dólares/dia)



Fonte: Banco Mundial (2013)

¹⁶ Cf. notícia “Sérgio Aires: “A pobreza é uma negação dos direitos humanos”, *Euronews*, 6 de Setembro de 2012.

¹⁷ De acordo com Sachs (2006) e Wade (2004), a precisão dos dados do Banco Mundial tem vindo a ser, no entanto, questionada, por normalmente estar sujeita a grande margem de erro.

¹⁸ Uma outra medida comum de privação estabelecida pelo Banco Mundial.

Tabela 2 - Percentagem de população a viver com 1,25 dólares/dia, por região, entre 1981 e 2010

Região	1981	1996	2010
Europa e Ásia Central	1,9%	3,9 %	0,7%
Leste Asiático e Pacífico	77,2%	35,9%	12,5%
Médio Oriente e Norte de África	9,6%	4,8%	2,4%
Sul da Ásia	61,1%	48,6%	31,0%
África Subsaariana	51,5%	58,1%	48,5%
América Latina e Caribe	11,9%	11,1%	5,5%

Fonte: Banco Mundial (2013)

De acordo com a Tabela 2, é na África Subsaariana que a situação de pobreza se encontra mais deteriorada¹⁹ (48,5%, cerca de 386 milhões de pessoas), seguindo-se o Sul e Sudeste Asiático - Pacífico (31% e 12,5%, respectivamente), América Latina e Caribe (5,5%), Médio Oriente e Norte de África (2,4%), e Europa de Leste e Ásia Central (0,7%). São populações que, na sua maioria, vivem em áreas rurais, ainda que com uma presença crescente nas zonas urbanas, e que continuam a enfrentar desafios hoje desconhecidos nos países desenvolvidos, como a malária e a fome crónica.

A maior parte do progresso mundial resulta de tendências recentes verificadas em algumas regiões da Índia e China (país que passou de uma sociedade e economia virtualmente fechadas para uma das grandes potências exportadoras do mundo).

4. A pobreza em África

Os dados são claros: é na África Subsaariana que se encontra o maior número de pessoas que vivem em pobreza extrema, sendo que mais de 1 em cada 4 africanos (perto

¹⁹ Só entre 1981 e 2005 os números quase duplicaram, de 205 para 395 milhões [cf. notícia “Global poverty: A fall to cheer”, *The Economist*, 3 de Março de 2012].

de 218 milhões de pessoas) encontram-se subnutridos (PNUD, 2012). Para António de Sousa Lara (2005: 490), “o Apocalipse africano já começou. Só um milagre, uma grande convulsão internacional, uma grande força de vontade dos africanos, concertados, em alterar o sistema, poderá fazer alguma diferença”.

De acordo com vários autores, historicamente, África é a região mais explorada pela Globalização. Após três séculos de comércio de escravos, seguiu-se um século de domínio colonial. Longe de elevar economicamente África, a era colonial deixara o continente privado de cidadãos auto-suficientes, no que diz respeito a experiências em autogovernança e a infra-estruturas institucionais básicas, necessárias para o seu crescimento económico sustentável.

Após o período de descolonização, as fronteiras dos novos estados independentes e exíguos (Lara, 2005) seguiram as linhas arbitrárias dos impérios coloniais europeus, dividindo grupos étnicos, ecossistemas, bacias geográficas e reservatórios de recursos. Também a estrutura do comércio internacional e da própria economia de dependência que caracterizava o período colonial fora mantida.

Muitos Estados africanos atravessavam um período difícil, com a emergência de inúmeras formas de subversão política e militar – conflitos internos, de natureza étnica e tribal, também motivados pelos movimentos de independência, com “tentativas populares de reapropriação e de reconversão do Estado, um corpo estranho, ineficaz, incoerente com a historicidade das comunidades africanas e apercebido por estas como uma fonte de opressão e de violência” (Nicolau, 1999: 312-313).

África tornou-se um peão da Guerra Fria, num jogo de interesses económicos e estratégicos: o Ocidente opunha-se aos líderes africanos que pregavam o nacionalismo, procuravam apoio da União Soviética, ou exigiam melhores termos nos contratos dos investimentos ocidentais no sector mineiro e reservas energéticas do continente (Stiglitz, 2007). Muitas das manifestações e interesses dos Estados envolvidos (directa ou indirectamente) nos conflitos eram, de facto, determinantes. Apoiadas pelo aparato da lógica bipolar, as partes rivais prolongavam o conflito por períodos mais extensos, frustrando todas as tentativas de pacificação.

Em meados dos anos Oitenta, muitos países acabariam por pedir assistência externa, nomeadamente às instituições financeiras Banco Mundial e Fundo Monetário

Internacional (FMI)²⁰. Mais tipicamente empréstimos do que doações, as condições do ajustamento estrutural acabariam por ser impróprias e os “projectos para que o dinheiro era emprestado pecavam por má concepção” (Stiglitz, 2007: 71). Exigia-se a adopção de “boas políticas”, do fundamentalismo de mercado do FMI e políticas neoliberais do Consenso de Washington, o que implicava a abertura dos mercados africanos, mas, acima de tudo, uma autoridade fiscal para os países em desenvolvimento.

De acordo com Stiglitz (2007: 71), “o FMI foi muito mais longe do que necessário. Impôs restrições que chegavam a impedir o país credor de utilizar bem a limitada assistência estrangeira que recebia”, produzindo resultados ainda mais devastadores. As políticas não tinham conseguido trazer crescimento; pelo contrário, reduziram a margem de manobra dos países e o ónus da dívida permanecia.

Embora existissem alguns países com uma nova liderança e dirigentes empenhados em prosseguir boas políticas económicas, com défice e inflação controlados, bem como medidas contra a corrupção, nem todos conseguiam atrair investimento estrangeiro significativo. Além disso, os grandes mercados asiáticos, com a sua força laboral altamente instruída, melhores infra-estruturas e economias em rápido crescimento desde os anos Noventa, eram considerados mais atraentes para a grande maioria das multinacionais. Por outro lado, as economias africanas continuam assentes em pequenas empresas e actividades informais²¹, que, neste contexto, têm um papel central na oferta de emprego, coesão social e no esbatimento dos efeitos negativos da crise global (Trindade, 2006).

No início do século XXI, África encontrava-se ainda mais empobrecida com a prevalência de epidemias, o crescimento da população²² e a degradação ambiental a saírem fora de controlo. O número de conflitos armados tem vindo, porém, a diminuir,

²⁰ Muitos países optaram pelo saneamento financeiro através da adesão aos Programas de Ajustamento Estrutural (PAE). Estes programas, adaptados à realidade de cada país aderente, tinham como objectivo criar condições para o crescimento económico sustentável, a redução da inflação e equilíbrio da balança de pagamentos de curto e médio prazo, o aumento da produtividade, a libertação de recursos para o sector privado e a promoção da poupança (Trindade, 2006).

²¹ Refere-se às actividades organizadas em pequena escala e geradoras de rendimentos baixos, em virtude da ausência de mecanismos institucionais. Normalmente de propriedade familiar, utilizam recursos locais e operam em mercados concorrenciais não regulados. Neste sector estão inseridas actividades como comércio e venda ambulante, agricultura e produção em pequena escala, entre outros tipos de pequenas empresas, de propriedade familiar (carpintarias, sapatarias, cabeleireiros, padarias, costura, artesanato, limpezas ou criação de gado) com o objectivo de produzir e vender certos tipos de produtos que possam gerar algum rendimento (Psico, 2010).

²² A população subsaariana que, em 2010, totalizava 856 milhões, pode exceder os 2 biliões a partir de 2050 (PNUD, 2012).

com a violência armada agora concentrada em quatro regiões: Corno de África, Grandes Lagos, Delta do Níger e Darfur, também as mais afectadas pela pobreza extrema.

O continente africano vive graves crises políticas, económicas e sociais, fustigado por tentativas de reformas estruturais neoliberais que, no entanto, não puderam reduzir a pobreza e todo o tipo de desigualdade existente. Embora os níveis de pobreza tenham vindo a decrescer nos últimos anos, o acesso à educação, saúde, água potável e saneamento, habitação, electricidade e emprego é ainda restrito. Mais, “o continente possui uma grande brecha entre ricos e pobres, manifestam-se desequilíbrios territoriais significativos e são evidentes incríveis iniquidades de género, idade e etnia” (Vala, 2007: 2).

Tendo em conta a complexidade do fenómeno, White *et al* (2001) categorizaram o problema da pobreza no contexto africano, de forma a facilitar a sua análise e compreensão:

- i. **Pobreza crónica e transitória, ou permanente e temporária:** são considerados pobres crónicos os indivíduos que, durante um longo período de tempo, estão privados de rendimentos, por falta de recursos ou de acesso ao mercado de trabalho. Para eliminar este tipo de pobreza é necessária a criação de capital social, físico, humano e político (White *et al*, 2001). A pobreza transitória, por sua vez, está associada às flutuações temporárias de rendimentos em torno do limiar da pobreza, provocadas por catástrofes ou imprevistos temporários, falências, doenças ou desastres naturais.
- ii. **Pobres e Necessitados:** para os *policymakers*, será mais fácil auxiliar os pobres do que os necessitados, uma vez que estes não têm quaisquer bases de subsistência, vivendo excluídos de estruturas sociais e em estado crónico de carência; ao contrário dos pobres, que têm capacidades e recursos para viverem de forma sustentada.
- iii. **Pobres dependentes economicamente e Pobres economicamente activos:** são dependentes economicamente os que, por motivos de saúde, idade, ou incapacidade/deficiência física ou mental, não são activos economicamente. Já

os pobres economicamente activos têm alguma forma de emprego, bem como recursos suficientes “para estar à altura dos problemas quando surgirem” (Psico, 2010: 47). A distinção não é, no entanto, precisa, uma vez que os indivíduos podem mover-se de uma categoria para a outra através do tempo e das circunstâncias.

- iv. **Pobreza urbana e Pobreza rural:** As zonas rurais, “distantes” economicamente, com difícil acesso a fontes de rendimentos, são as mais afectadas pela pobreza. As populações rurais vivem essencialmente da agricultura. O acesso ao trabalho e à terra cultivável são, efectivamente, elementos cruciais para o seu combate. Embora “localmente” distintas, a pobreza urbana e a pobreza rural estão interligadas por causas estruturais comuns, como as restrições sociais que limitam oportunidades.

- v. **Distinção de géneros:** É, de acordo com alguns autores, a principal responsável pelo cenário da pobreza em África, associada a factores como a pobreza infantil e rendimento familiar escasso. As mulheres não têm acesso a determinados empregos e a sua remuneração tende a ser inferior à dos homens. Culturas africanas mais tradicionais discriminam as mulheres no acesso à educação (logo, não participação na vida cívica e tomada de decisão), ou aquisição de propriedades cultiváveis, limitando a sua actuação às funções domésticas. O mesmo acontece com a possibilidade de empréstimo. Todo o rendimento e tomada de decisões familiares são normalmente geridos pela figura masculina.

4.1. As principais causas de pobreza em África

Sobre a crise africana existem algumas respostas convenientes: “Tudo se reduz, agora e sempre, a corrupção e má governação” (Sachs, 2006: 284).

No entanto, a política não pode por si só explicar a crise de desenvolvimento a longo prazo. A pobreza não é resultado de apenas uma ou duas causas isoladas, existindo diferentes factores que, interagindo entre si, acabam por torná-la, em todos os seus graus e diferentes dimensões, um problema difícil de solucionar.

Sachs (2006) e Szczepanski (2008) destacam como principais causas o sector agrícola precário, guerra ou conflito armado, doenças e epidemias, falta de acesso a vários tipos de capital e o acesso limitado ao crédito.

O **sector agrícola** em África emprega mais de metade da população activa (cerca de 60%) que, na sua maioria, pratica agricultura de subsistência em meio rural, sem recursos financeiros suficientes e sem acesso a tecnologias modernas ou infraestruturas necessárias (estradas, armazenamento ou sistema de irrigação²³).

O sector é considerado a base do desenvolvimento económico, no entanto, o investimento público na agricultura tem sido reduzido nos últimos anos²⁴. Também a dívida externa e os efeitos da crise económica e financeira mundial subentendem uma ameaça, na medida em que o continente africano é obrigado a vender a sua produção a preços baixos. Além disso, os preços das sementes e fertilizantes duplicaram desde 2006 (FAO, 2009). Deste modo, os agricultores mais pobres, que vêm o acesso ao crédito e aos mercados agrícolas limitado, não poderão adquirir produtos básicos (cujo valor é agora elevado), o que torna ainda mais difícil a sua condição²⁵.

A discriminação em relação ao género feminino é também um dos factores da crise no sector agrícola e na insegurança alimentar em África. As mulheres são consideradas importantes produtoras de géneros alimentares, no entanto, na África Subsaariana, o seu controlo de propriedades é muito menor, comparado a qualquer outra parte do mundo.

Também a geografia física adversa pode ser uma causa do fraco desenvolvimento do sector, implicando maior custos em transportes²⁶. “A geografia fez uma conspiração com a economia para dar à África um naipe particularmente fraco” (Sachs, 2006: 312).

²³ Muitos dos agricultores de pequena escala (e mais de 90% das colheitas alimentares) continuam a depender essencialmente das chuvas. A FAO estima que apenas 3% da produção agrícola da África Subsaariana é gerada através de sistemas de irrigação (Carlos, 2013).

²⁴ De acordo com o PNUD (2012), a maioria dos governos africanos apenas dedica 5-10% dos seus orçamentos ao sector.

²⁵ Há muito que os solos também têm vindo a perder nutrientes, resultado de repetidas colheitas que não beneficiaram de fertilizantes químicos ou orgânicos. Condições climáticas instáveis, desastres naturais (inundações, secas) e pragas agrícolas poderão vir também a aumentar os numerosos riscos com que se deparam os agricultores, especialmente os de pequena escala.

²⁶ A maioria das propriedades encontram-se ainda dissociadas dos mercados organizados para poderem vender as suas colheitas ou comprar fertilizantes.

Apesar de uma redução significativa, **tensões e conflitos internos** continuam a assolar o continente africano, com pesados custos económicos e humanos para as populações, que deixam de poder viver um quotidiano tranquilo, abandonando empregos e chegando, por vezes, a adoptar a situação de refugiadas.

Neste contexto, a produtividade do país em guerra diminui (devido ao esforço de guerra), o comércio é dificultado ou bloqueado pela violência, impedindo um fornecimento estável de bens, e a pobreza aumenta: “Countries at war produce an average of 12,5 per cent less food per person than they do during peace time” (Szczepanski, 2008: 1).

Por outro lado, a prevalência de **doenças e epidemias**. Numa sociedade onde existe um elevado número de indivíduos infectados por vírus como o VIH/SIDA ou malária, o absentismo no trabalho e escola é elevado, a produtividade é reduzida e menos riqueza é gerada. Um trabalhador doente que falte ao trabalho não recebe remuneração pelos dias perdidos e o empregador vê a sua produção afectada. Os familiares deverão ainda ter de deixar de trabalhar, ou estudar, para poderem ajudar nos cuidados de saúde do doente, o que acabará por afectar grande parte do rendimento familiar.

Dados de 2011 apontam para 34,2 milhões de pessoas seropositivas, 2,5 milhões de novos infectados (comparado com os 3,2 milhões em 2001), e 1,7 milhões de mortes relacionadas com o vírus, uma redução em relação aos 2,3 milhões verificados em 2005 (UNAIDS, 2012).

Apesar de ser uma doença tratável - “existem tratamentos de custo reduzido, mas não chegam aos pobres” (Sachs, 2006: 296) - as mortes por malária rondam 1 milhão de pessoas (90% em África), afectando sobretudo menores de idade. Entre 350 a 500 milhões de pessoas são infectadas todos os anos (UNICEF, 2012). Para Sachs (2006: 300), a malária “prepara a armadilha perfeita: empobrece um país, tornando demasiado cara a prevenção e o tratamento da doença. Assim, esta permanece e a pobreza aprofunda-se, num círculo verdadeiramente vicioso”.

Com uma componente de ajuda externa ainda reduzida para o combate, cada doença custa ao continente cerca de 10 a 12 biliões de dólares todos os anos (Szczepanski, 2008). África sofre ainda de outras epidemias como a cólera, sarampo e poliomielite.

Ainda de acordo com Sachs (2006), os *extremamente pobres* carecem de seis tipos de **capital** (associado a uma “armadilha fiscal” e falha dos governos), necessários para uma economia eficaz e acumulação de rendimento, que permitirá escapar da situação de pobreza, a saber: capital humano, capital de infra-estruturas, capital natural, público-institucional e de conhecimento. Capitais esses onde os investimentos, por parte dos governos, são necessários:

- i. **Capital humano:** capacidades necessárias para que cada pessoa seja economicamente produtiva - nutrição (suplementos de micro e macronutrientes), cuidados de saúde (imunização, testes de rotina, intervenções de emergência e preventivas, como mosquiteiros anti-malária), literacia, educação sobre saúde pública e planeamento familiar (maior intervalo entre nascimentos e famílias menos numerosas).
- ii. **Capital de conhecimento:** o *know-how* científico e tecnológico. Diz respeito, por exemplo, a uma melhoria dos procedimentos organizacionais no desenvolvimento e difusão de variedades de sementes agrícolas melhoradas (para o aumento da ingestão de nutrientes necessários), no combate às doenças epidémicas e desenvolvimento de novos medicamentos.
- iii. **Capital natural:** terra arável, solos saudáveis, biodiversidade, serviços ambientais necessários à sociedade e produção humana. O investimento neste sentido requer a protecção contra riscos ambientais (*e.g.* secas), controlo das linhas de expansão de doenças e pragas, bem como a conservação de ecossistemas para manter a produtividade agrícola.
- iv. **Capital público-institucional:** códigos comerciais, sistemas judiciais, policiamento, entre outros serviços públicos, base de uma divisão do trabalho próspera. O investimento deste capital passa, a título de exemplo, por alargar a operação e o acesso aos serviços públicos de saúde.

- v. **Capital para negócios:** instalações, maquinaria, utilização de transporte motorizado na agricultura, indústria e serviços, que vão permitir o aumento da produtividade. Rendimentos mais elevados nas diferentes actividades económicas permitem às famílias investir em habitações mais seguras, água canalizada/potável, saneamento, combustível e alimentação mais diversificada.

- vi. **Capital de infra-estruturas:** estradas, electricidade, água e saneamento, portos e aeroportos, sistemas de telecomunicações, também críticos na actividade e produtividade empresarial. Exemplificando, serão necessários transportes e tecnologias de informação e comunicações para apoiar serviços de saúde de rotina e/ou emergência

Por último, **o acesso limitado ao crédito**. Por não considerarem as populações mais vulneráveis (incluindo empreendedores e agricultores de pequena escala) dignas de crédito, a maioria das instituições financeiras dificulta-lhes, quando não exclui, a possibilidade de empréstimos.

O segmento micro empresarial é entendido como de alto risco, não só pelos elevados custos de monitorização que as operações de valor reduzido costumam implicar, como também pela aparente instabilidade dos pequenos negócios, caracterizados por transacções informais e resultados sazonais, o que aliado à inexistência de garantias reais²⁷, ou historial de empréstimo, não oferecem a devida segurança às instituições bancárias.

Soma-se a isso a percepção de que os pequenos empreendedores não são bons pagadores, uma vez que as suas práticas de gestão empresariais diferem das utilizadas por médias e grandes empresas, e tendo ainda em conta as elevadas taxas de incumprimento de reembolso dos empréstimos. Esta tendência é ainda mais grave nos países em desenvolvimento, normalmente caracterizados por mercado financeiros imperfeitos e instituições pouco desenvolvidas.

Em suma, a falta de informações viáveis sobre os pequenos negócios, assim como a falta de garantias reais e o nível de habilitações reduzido, inviabilizam a

²⁷ Bens em quantidade e de valor suficiente que possam ser utilizados como garantia do dinheiro emprestado.

concessão de empréstimos. “Received wisdom has long been that lending to poor households is doomed to failure: costs are too high, risks are too great, savings propensities are too low, and few households have much to put up as collateral” (Morduch, 1999: 1573).

É a imperfeição do mercado de crédito. As estruturas organizacionais e de gestão foram desenvolvidas para trabalhar para clientes com habilitações e rendimento mais elevados. Tratando-se de zonas rurais, as dificuldades são ainda maiores, dada a menor densidade populacional, isolamento e mercados fragmentados. E é neste contexto que surge o conceito de microfinanças, enquanto extensão do sector financeiro formal, e as instituições especializadas na concessão de empréstimos de valor reduzido (microcréditos), sem a necessidade de garantias reais²⁸.

Existem inúmeras formas de causa e persistência do problema da pobreza, mesmo em contexto de crescimento económico. De acordo com Sachs (2006), apenas um diagnóstico pormenorizado das circunstâncias particulares de cada região ou país (condições geográficas, demográficas, políticas e culturais) permitirá uma compreensão mais precisa da pobreza.

Conclusão

No final deste estudo, entre reformulação de conceitos e o estabelecer de categorias, uma ideia ficou clara: a pobreza não é resultado de apenas uma ou duas causas isoladas. Existem vários factores que, interagindo entre si, acabam por torná-la um problema difícil de solucionar.

Controlar o problema multidimensional da pobreza requer uma miríade de soluções complementares, e sobretudo locais. O assistencialismo é necessário, mas outras estratégias devem continuar a ser planeadas, como a promoção de emprego, o direito à educação e a cuidados de saúde, e a defesa de um regime de comércio e de distribuição de rendimentos mais justo, promovendo um crescimento económico inclusivo e sustentável. No entanto, a aplicação de uma estratégia e/ou solução

²⁸ As organizações de microcrédito encaram o risco através da adopção de novas metodologias que substituem a falta de garantias reais, nomeadamente a criação de relações de confiança e solidariedade entre os clientes (*e.g.* sob a forma de grupos solidários) e as entidades.

dependerá sempre de uma análise aprofundada sobre as causas e circunstâncias de cada situação de pobreza em particular.

Da análise de dados, conclui-se que a pobreza a nível mundial tem vindo a ser reduzida, com regiões como a Ásia-Pacífico ou América Latina e Caribe a apresentar os melhores resultados. Contudo, a África Subsaariana continua a ser o continente mais afectado pela pobreza. A percentagem de população a viver no limiar da pobreza não aumentou desde 1996, mas continua elevada, não sendo observados grandes avanços: a diferença entre 1981 e 2010 é de apenas menos 3%.

A Globalização pode ser considerada um dos factores (mas não o único) desta “estagnação”, ou lenta redução. Contrariamente ao que se esperava, o fenómeno não trouxe igualdade económica para todos. Benefícios e oportunidades não foram distribuídos de forma homogénea, e nem todos os países conseguiram integrar-se na designada economia-mundo, seja pelas suas políticas internas, seja pela herança do colonialismo, atraso económico, ou crises humanitárias que vivenciaram.

A verdade é que, mais do que um aumento da pobreza, estamos perante uma desigualdade económica abismal (ou diferença de distribuição de rendimento, entre e dentro de Estados), hoje também verificada em países ocidentais, com um aumento do desemprego e da pobreza relativa, numa trajectória descendente em termos de desenvolvimento económico. Existe um fosso cada vez maior entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, entre ricos e pobres, que pode ter sido intensificado por algumas vertentes da Globalização, como a integração da economia mundial, mas sobretudo por imperfeições que caracterizam os mercados globais, entretanto combatidas de forma inadequada segundo medidas e/ou regulamentações insuficientes.

Referências bibliográficas

Annan, Kofi (2000) "Nós os Povos", O papel das Nações Unidas no Século XXI. Organização das Nações Unidas, Departamento de Informação, disponível em: <https://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/Nosospovos.pdf>, consultado em 14/04/2015.

Baylis, John, Smith, Steve, Owens, Patricia (2008) *The Globalization of World Politics. An Introduction to international relations.* New York: Oxford University Press. 4ª edição.

Carlos, João (2013) FAO quer envolvimento do sector privado. In: *ÁFRICA 21 – Revista de Informação, Economia e Análise*. Luanda: Movipress, no.71, pp. 72.

Chossudovsky, Michel (2003) *A globalização da pobreza e a nova ordem mundial*. Lisboa: Caminho.

Commission on Human Security (2003) *Human Security Now*: New York.

Costa, Carla Guapo (2010) *Temas de Relações Económicas Internacionais*. Coleção Manuais Pedagógicos. Lisboa: ISCSP-UTL.

Dan, Wei (2006) *Globalização e interesses nacionais: A perspectiva da China*. Coimbra: Edições Almedina.

FAO (2009) *La seguridad alimentaria y la crisis financeira*. Cumbre Mundial sobre la Seguridad Alimentaria, Roma 16 – 18 de Novembro.

Global poverty: A fall to cheer – For the first time ever, the number of poor people is declining everywhere. In: *The Economist*, March 3rd 2012, disponível em: <http://www.economist.com/node/21548963>, consultado em 6/03/2015.

Hobsbawm, Eric (2008) *Globalização, Democracia e Terrorismo*. Lisboa: Editorial Presença.

Jacinto, José Luís de Moura (2002) *O Trabalho e as Relações Internacionais*. A fundação do Direito Internacional do Trabalho. Lisboa: ISCSP.

James, Harold (2009) “Avanços e recuos da globalização”. In: *Foreign Policy*, Edição FP Portugal, no. 10, p. 6.

Lara, António de Sousa (2005) *A política em África no século XXI: Pesadas heranças e saídas possíveis*. in: Barata, Óscar Soares, Piepoli, Sónia Infante Girão Frias (org.) *África: Género, Educação e Poder*, Lisboa: ISCSP, pp. 481-493.

Malik, Paul (2008) *Microcredit and health*. In: *The Canadian Journal of Cardiology*, no. 24(7), disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2640332/>, consultado em 12/05/2015.

Morduch, Jonathan (1999) *The Microfinance Promise*. In: *Journal of Economic Literature*, no. 37(4), pp. 1569-1614.

Moreira, Adriano (1999a) Estudos da Conjuntura Internacional. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Moreira, Adriano (1999b) Teoria das Relações Internacionais. Coimbra: Almedina.

Nações Unidas preparam Agenda de Desenvolvimento pós-2015. OIKOS – Cooperação e Desenvolvimento, 6 de Setembro de 2012, disponível em: <http://www.oikos.pt/pt/noticias/item/1331-na%C3%A7%C3%B5es-unidas-preparam-agenda-de-desenvolvimento-p%C3%B3s-2015>, consultado em 10/06/2015.

Nicolau, Victor Hugo (1999) Estado e Poder em África: uma perspectiva histórica. In: Cultura - Revista de História e Teoria das Ideias, XI. Lisboa: Centro de História da Cultura, Universidade Nova de Lisboa.

Psico, José A. Tomo (2010) Microfinanças. Solução para o Combate à Pobreza? Lisboa: Escolar Editora.

Sachs, Jeffrey (2006) O Fim da Pobreza. Como consegui-lo na nossa geração. Cruz Quebrada: Casa das Letras, 1ª edição.

Santos, Victor Marques dos (2009) Teoria das Relações Internacionais. Cooperação e Conflito na Sociedade Internacional. Lisboa: ISCSP-UTL.

Sérgio Aires: “A pobreza é uma negação dos direitos humanos. In: Euronews, 6 de Setembro de 2012, disponível em: <http://pt.euronews.com/2012/09/06/sergio-aires-a-pobreza-e-uma-negacao-dos-direitos-humanos>, consultado em 14/06/2015.

Sen, Amartya (2003) O Desenvolvimento com Liberdade. Lisboa: Gradiva.

Sousa, António Rebelo (2008) De um novo conceito de desenvolvimento no quadro da economia internacional. Lisboa: ISCSP.

Stiglitz, Joseph E. (2007) Tornar Eficaz a Globalização. Porto: Edições ASA, 1ª edição.

Szczepanski, Kallie (2008) Causes of poverty in Africa, disponível em: <http://www.worldissues360.com/index.php/causes-of-poverty-in-africa-8-57933/>, consultado em 20/04/2015.

Trindade, Augusto José Pereira (2006) *Desenvolvimento Económico, Integração Regional e Ajuda Externa em África*. Lisboa: ISCSP-UTL.

UNDP (2012) *African Human Development Report 2012: Towards a Food Secure Future*, disponível em: <http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/hdr/africa-human-development-report-2012/>, consultado em 14/06/2015.

Vala, Salim Cripton, *A Riqueza está no Campo: Economia Rural, Financiamento aos Empreendedores e Fortalecimento Institucional em Moçambique*, Conference Paper nº 39, Instituto de Estudos Sociais e Económicos, disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/Vala,Salim_Riqueza%20Campo.pdf, consultado em 15/06/2015.

Van Bergeijk, Peter, Moons, Selwyn (2009) *Economic Diplomacy and Economic Security*. In: Costa, Carla Guapo (ed.). *New Frontiers for Economic Diplomacy*. Lisboa: ISCSP, pp. 37-54.

Wade, Robert Hunter (2004) *Is Globalization Reducing Poverty and Inequality?* In: *World Development*. Elsevier Ltd., no. 32(4), pp. 567-589.

White, Howard, Killick, Tony, Kayizzi-Mugerwa, Steve, Savane, Marie-Angelique (2001) *African Poverty at the Millennium: Causes, Complexities and Challenges*. Washington, D.C.: World Bank Publications.

Yunus, Muhammad (2007) *Creating a World Without Poverty. Social Business and the Future of Capitalism*. New York: Public Affairs.

Referências online:

BANCO MUNDIAL, <http://www.worldbank.org/>.

PNUD, <http://www.undp.org/>

UNAIDS, <http://www.unaids.org/en/>.

UNICEF, <http://www.unicef.org/>.